

“LES JEUX SONT FAITS”*

por

Luís Raposo**

Desde Janeiro (v. *DN-Cultura*, de 19.1.95: *A verdadeira importância das gravuras do Côa*) que nesta coluna não nos referimos à «questão do Côa». Atentos os objectivos editoriais desta página, bastante diversos dos da mera guerrilha mediática, e mantendo no nosso espírito a avaliação substantiva que na data indicada expusemos aos leitores, nada nos impelia a de novo aqui voltar ao assunto. Julgamos agora chegado o momento de retomar a matéria porque atingimos o momento crucial em que os dados se encontram lançados e apenas resta aguardar uma tomada de decisão final, necessariamente de ordem política.

A propósito, vale a pena recordar as fases por que passou o debate em curso: entre Novembro e Dezembro assistiu-se à inicial tomada de consciência dos arqueólogos mais interessados nesta temática. Daqui resultou uma primeira posição pública, quando em 19 de Dezembro um grupo de 18 pré-historiadores universitários elaborou um comunicado onde reconhecia a importância extraordinária do património arqueológico do Côa, propunha a imediata constituição de uma equipa devidamente dimensionada e responsabilizava o IPPAR pela ocultação das gravuras (o que viria a dar origem a uma queixa apresentada junto da Procuradoria-Geral da República, traduzida depois num inquérito que ainda decorre). Na altura, porém, nem este grupo de universitários, nem a generalidade dos arqueólogos portugueses eram ainda claros na consideração de que a barragem de Foz Côa seria incompatível com a salvaguarda das gravuras. Nós próprios, nesta página, chegámos explicitamente a admitir que seria talvez possível conjugar ambos os interesses (v. *DN-Cultura* de 8.12.94). Já então, e praticamente desde o primeiro dia, toda uma outra movimentação baseada principalmente em amadores de arqueologia e simples interessados em questões patrimoniais, reclamava o abandono

* Publicado na página de “Arqueologia” do Suplemento “Cultura”, do jornal *Diário de Notícias*, em 27-07-95.

** Arqueólogo e docente universitário.

da barragem, muitas vezes com argumentos que excediam a vertente estritamente arqueológica (oposição genérica aos grandes empreendimentos hidro-eléctricos, defesa das quintas e vinhedos da região, etc.). Estavam no seu direito, é claro. Mas nenhum arqueólogo responsável poderia, *ab initio*, aderir a movimentos difusos, que na vertente arqueológica requereriam um indiscutível suporte científico. Pouco a pouco, os arqueólogos portugueses, no seu conjunto, foram também tomando consciência do que realmente estava em causa. Hoje, e desde há meses, nenhum já pensa possível compatibilizar os interesses em presença: existe unanimidade total entre arqueólogos quanto à absoluta necessidade de preservar as gravuras do Côa *in situ* e fora de água, assumindo a sua total incompatibilidade com a construção da projectada barragem. O que se regista gratificadamente, tanto pelas gravuras, obviamente, como pela própria credibilidade e capacidade de afirmação futura dos arqueólogos. Como já escrevemos noutra local¹, nada depois do Côa passará a ser o mesmo na Arqueologia portuguesa: a.C./d.C. – «antes» e «depois do Côa», ficará como mote deste episódio.

Passada a fase prévia do reconhecimento pelos arqueólogos da importância da arte do Côa e da incompatibilidade dos interesses em presença, assistiu-se ao progressivo envolvimento na sua defesa das mais diversas instituições profissionais, académicas e científicas. Sucederam-se as conferências, dadas por especialistas nacionais e estrangeiros. E chegou-se finalmente à organização de iniciativas melhor estruturadas, verdadeiros «pontos de situação» susceptíveis de fornecer aos decisores políticos os elementos de avaliação que repetidamente vinham dizendo faltar-lhes. Perante a paralisia dos organismos responsáveis pelo nosso património cultural, que durante todo este tempo e até hoje apenas mantêm no Côa uma pequena equipa de três ou quatro elementos e não foram sequer capazes de proceder à elaboração de nenhum estudo credível acerca da viabilidade cultural e económica de um espaço alternativo à barragem, pode dizer-se que a «sociedade civil» tomou em suas mãos a discussão séria destas questões. Entre finais de Junho e inícios de Julho realizaram-se em Lisboa e no Porto sucessivos encontros, mesas-redondas, colóquios, exposições, boletins... Neles mobilizaram-se instituições tão variadas como o Centro Universitário Padre António Vieira, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Associação Política Regional e de Intervenção Local, a Escola Secundária de Foz Côa, a Associação Juvenil «Olho Vivo», a Associação Projecto Património, a Associação Profissional de Arqueólogos, o Museu Nacional de Arqueologia, o Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a Sociedade Portuguesa de Espeleologia, a Associação Portuguesa de Museologia, a

¹ «As leis do património e a arte rupestre do Côa», *Projecto Património*, n.º 2, Junho de 1995, ed. da Associação Projecto Património, Queluz.

Ordem dos Engenheiros, etc., etc. Também alguns órgãos do Estado intervieram, à sua maneira, no debate: a Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República reuniu-se e tomou posição, o Senhor Presidente da República patrocinou e fez-se representar em algumas iniciativas. Pelo menos um partido político, o PCP, teve a coragem de tomar posição pública inequívoca em favor das gravuras.

Do muito que foi dito nestes locais, e sem que possamos ter estado presentes em todos, sempre salientáramos três contribuições marcantes: uma delas, com origem na Associação Profissional de Arqueólogos, refere-se à apresentação do primeiro esboço do que, com o aprofundamento a que os organismos da Cultura se deveriam sentir obrigados, poderia ser o estado de definição programático e viabilidade económica de um «Parque Arqueológico do Côa». As duas outras têm a ver com informações e pontos de vista publicamente facultados por dois especialistas das áreas da engenharia e da gestão dos recursos naturais. Assim, no «Forum do Côa», organizado na Reitoria da Universidade de Lisboa, o professor Raimundo Delgado, da Faculdade de Engenharia do Porto, expôs circunstancialmente a evolução das ideias acerca do aproveitamento das potencialidades hidro-eléctricas da bacia do Douro em Portugal, desde o inicial «Plano de Bacia» elaborado pela Hidroeléctrica do Douro, até aos planos adoptados pela EDP. Ficou a saber-se que em Espanha está quase concretizado o respectivo plano de bacia, enquanto do lado português pouco se fez em quase meio século, encontrando-se actualmente por executar quase 80% dos empreendimentos que ali visam tirar partido dos recursos hídricos, havendo por isso inúmeras alternativas à barragem de Foz Côa. No debate do Instituto Superior Técnico, o professor Valadares Tavares deixaria claro o tremendo défice de cidadania existente no nosso país em matéria de tomada de decisão sobre grandes empreendimentos públicos, afirmando designadamente que sempre que um técnico diz à população, e aos políticos que a representam, que não há alternativas, ele mente, porque existem sempre alternativas. Ninguém pode afirmar que a não realização da barragem de Foz Côa tenha consequências gravosas para o País, pelo menos nos próximos... séculos!

Em face do tom sério, documentado e institucionalmente respeitável, que o debate adquiriu nos últimos meses, a EDP entrou em pânico e resolveu jogar a sua máxima cartada: lançar a confusão, procurando diminuir o valor científico das gravuras. Surge assim a «manobra da datação directa». Simples manobra propagandística, como já foi sobejamente demonstrado. Nem os métodos utilizados são fiáveis, nem a forma como foram aplicados é minimamente credível. Sugestivamente, deve assinalar-se que em Março, a milhares de quilómetros do Côa, onde nunca tinham estado, já os especialistas em datações escreviam à EDP a oferecer os seus principescos serviços, dizendo que uma datação recente das gravuras viria beneficiar muito a empresa, no seu diferendo com a comunidade científica de

arqueólogos. Para bom entendedor... Chegados a Julho, em véspera das férias, podemos hoje dizer com toda a propriedade que os dados estão lançados. Nada a partir de agora justifica mais delongas na tomada de decisão política. Compreende-se que o actual Governo adie o problema para depois das eleições e que o partido seu apoiante se prepare para, no caso de passar à oposição, ser o mais intrépido defensor das gravuras. Menos se compreende que o partido maioritário da actual oposição não diga claramente aos portugueses o que pensa fazer em caso de vitória eleitoral. Ou será que está à espera de Outubro para neste particular passar a ser situacionista, defraudando as expectativas de quem quer ver o País mudar?